



Paço Episcopal de Penafiel: história e arqueologia do edificado

Helena Bernardo* e Laura Sousa**

Palavras-chave

Penafiel; Arrifana de Sousa; bispado; Paço Episcopal; séculos XVII-XX; arqueologia do edificado; arquitetura civil barroca.

Keywords

Penafiel; Arrifana de Sousa; diocese; Episcopal Palace; 17th-20th centuries; archaeology of architecture; Baroque civilian architecture.

Resumo

O presente estudo apresenta os resultados do acompanhamento arqueológico da obra de remodelação e ampliação do Paço Episcopal de Penafiel, realizado entre setembro de 2007 e junho de 2009, e subsequente pesquisa e análise documental, que permitiram acrescentar novos dados à história e ocupação do espaço. Esta casa nobre, hoje conhecida por edifício “da Portucalense”, por, em data recente, aí ter funcionado esse Instituto Superior Politécnico, serviu de residência ao bispo de Penafiel, entre 1773 e 1778. Porém, os vestígios materiais encontrados no local apontam para uma ocupação antrópica do sítio, pelo menos, a partir dos séculos XVI-XVII, verificando-se a sua continuidade até ao século XX. Por seu lado, a documentação arquivística permitiu-nos vislumbrar a história deste imóvel até à primeira metade do século XVII.

Abstract

This study presents the results of the archaeological monitoring, held between September 2007 and June 2009, of a remodelling and expansion work done to the Episcopal Palace of Penafiel, and the subsequent research and document analysis which added new facts to the history and usage of this place. This noble house served as the residence of the Penafiel's Bishop, from 1773 to 1778. In recent times it was occupied by a Polytechnic Institute and because of that fact it is now known as the “Portucalense” building. However, the evidences found at the site indicate a human occupation dating back to the 16th-17th centuries and enduring into the 20th century. Furthermore, the archive documentation allowed a glimpse into the history of this building up until the first half of the 17th century.

* Mestre em Arqueologia. Conservadora do Museu Municipal de Penafiel. Investigadora do CITCEM/UP – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” – Universidade do Porto.

** Mestre em Arqueologia. Arqueóloga do Museu Municipal de Penafiel. Investigadora do CITCEM/UP – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” – Universidade do Porto.

1. Introdução

O antigo Paço Episcopal, comumente conhecido como edifício “da Portucalense”, localiza-se no centro histórico da cidade de Penafiel, à margem do caminho medieval que outrora ligou o Porto ao interior do País, correspondendo atualmente aos n.º 1, 3 e 5 da Rua do Paço.

Integrado na tipologia das casas nobres¹ da arquitetura civil barroca, o imóvel apresenta uma ampla fachada de linhas horizontais, sendo composto por rés do chão e andar nobre, sobressaindo na primitiva malha urbana penafidelsense, de composição maioritariamente vertical, com casas estreitas e altas, associadas, regra geral, ao exercício de ofícios e comércio, servindo, ao mesmo tempo, de oficina/loja, no rés do chão, e habitação, nos andares superiores (Oliveira e Galhano, 1958: 3-4).

O edifício, ocupado contínua e intensamente, viu o seu espaço ser alterado de acordo com os diferentes usos e funções que lhe atribuíram, destacando-se o período entre 1773 e 1778, em que serviu de residência ao único bispo de Penafiel. Das muitas ocupações que teve, os penafidelsense guardaram na memória a do Paço Episcopal e a “da Portucalense”, por aí terem funcionado dependências do Instituto Superior Politécnico Portucalense, de 1990 a janeiro de 2004. O acompanhamento arqueológico da obra de remodelação e ampliação do imóvel, realizado pelo Museu Municipal de Penafiel, entre setembro de 2007 e junho de 2009, permitiu acrescentar novos dados à história do espaço, identificando-se os principais momentos em que a sua fisionomia foi alterada.



Figura 1. Fachada atual do antigo Paço Episcopal.

¹ Segundo Joaquim Jaime Ferreira Alves, a casa nobre distingue-se dos palácios pela sua menor dimensão (Alves, 2001: 11, 16), destacando-se, no entanto, por possuir “logea, ou pateo, com aposentos capazes para uma nobre família” (Bluteau, 1716: 731).

2. A intervenção arqueológica

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico realizaram-se no âmbito do projeto arquitetónico *Remodelação e ampliação do edifício da Portucalense, antigo Paço Episcopal*, da autoria dos arquitetos José Melo e Pedro Vieira, da Câmara Municipal de Penafiel, uma vez que o edifício encontra-se abrangido pela Área de Proteção da Servidão Administrativa da Igreja da Misericórdia de Penafiel, classificada como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto n.º 28/82, de 26 de fevereiro de 1982.

A intervenção iniciou-se em setembro de 2007, com a demolição das divisórias interiores, dos anexos e do último piso, acrescentados ao longo da segunda metade do século XX. Foram, também, demolidas algumas estruturas em granito, construídas nos finais do século XIX, como a ampliação realizada nos anos de 1880/1890 e parte do muro que limitava o terreno voltado à Rua d'O *Penafidense*, construído aquando da abertura da Avenida Manuel Pedro Guedes, tendo sido mantido o portal de entrada lateral. Pretendeu-se, deste modo, libertar a construção original do Paço e o respetivo quintal, no qual, após



Figura 2. Fachada principal do antigo Paço Episcopal, antes das obras de remodelação. Fonte: Gabinete Técnico Local – Câmara Municipal de Penafiel, 2005.



Figura 3. Construções instaladas nas traseiras do antigo Paço Episcopal, antes das obras de remodelação. Fonte: Gabinete Técnico Local – Câmara Municipal de Penafiel, 2005.



Figuras 4 e 5. Pormenores do conjunto arquitetónico: fachada lateral voltada ao Quelho do Paço (à esquerda) e portal voltado à Rua d'O *Penafidense* (à direita), sendo visível o seu estado de degradação. Fonte: Gabinete Técnico Local – Câmara Municipal de Penafiel, 2005.



Figura 6. Vista da obra, após os trabalhos de demolição, com a estrutura remanescente do antigo Paço Episcopal em fase de limpeza dos rebocos (janeiro de 2008).



Figura 7. Fachadas principal e nascente do antigo Paço Episcopal, após os trabalhos de demolição (janeiro de 2008).

finalização dos trabalhos de demolição e limpeza de entulhos, se iniciaram os desaterros necessários à execução da obra. Da análise geral do subsolo, ficou evidente a elevada heterogeneidade dos depósitos estratigráficos, que espelham, por si só, o também elevado número de operações ocorrido naquele espaço. De referir a existência de uma canalização de esgoto em pedra, na área alterada no século XIX. Paralelamente, foram picados todos os rebocos exteriores e interiores da construção original em pedra, o que permitiu observar vários vãos de ligação entre as alas, recentemente encerrados.

Durante o acompanhamento da obra foi possível identificar e recolher fragmentos cerâmicos, datáveis entre os séculos XVI e XX, oito numismas, dos quais se destacam dois de D. João V (r. 1706-1750), e um documento em papel da Associação Fúnebre Familiar Penafidense de Socorros Mútuos, cujas instalações funcionaram no edifício, com a data de outubro de 1942. Recolheram-se, também, alguns materiais de construção removidos do edificado, designadamente dois gatos de ferro, da estrutura em tesoura de um dos telhados, os gradeamentos e um portão em ferro forjado, suprimidos pela obra. Estes objetos encontram-se depositados nas reservas do Museu Municipal de Penafiel. Com exceção dos materiais de construção, o restante espólio foi separado por zonas, de acordo com a área de exumação, estabelecendo-se um total de quatro



Figura 8. Espólio cerâmico exumado da Zona I, vendo-se cinco fragmentos de fabrico indeterminado, quatro bordos de pequeninas tigelas do Prado e dois fragmentos de forma indeterminada de Aveiro/Ovar.



Figura 9. Faiança portuguesa dos séculos XVII-XVIII exumada da Zona II.



Figura 10. Faiança e cerâmica comum dos séculos XIX-XX exumadas da Zona II.

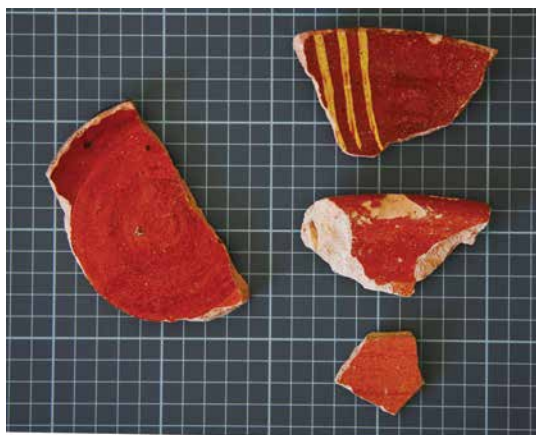


Figura 12. Louça vidrada dos séculos XIX-XX exumada da Zona IV.

zonas, a saber: Zona I – Interior do edifício do Paço, compreendendo os materiais encontrados nos sedimentos sob o soalho da ala esquerda, no gaveto da Rua do Paço com o Quelho do Paço, ao nível do rés do chão; Zona II – Exterior do edifício, relativa ao espólio recolhido aquando do derrube do muro voltado à Rua d'O Penafidelen-se; Zona III – Exterior do edifício, referente aos materiais resultantes do desaterro de uma vala, junto à fossa, no quintal; Zona IV – Exterior do edifício, abarcando os fragmentos detetados nos desaterros da restante área do quintal. Os vestígios materiais encontrados no local datam a ocupação antrópica do sítio, pelo menos, a partir dos séculos XVI-XVII, verificando-se a sua continui-



Figura 11. Tigelas de faiança dos séculos XVI-XVIII exumadas da Zona III.



Figura 13. Moedas de D. João V.



Figura 14. Documento da Associação Fúnebre Familiar Penafidelen-se de Socorros Mútuos.

dade até ao século XX. De notar que, em quase todas as Zonas, quer no interior, quer no exterior do antigo Paço, foi detetado espólio cerâmico dos séculos XVI-XVIII (grupo com maior percentagem de fragmentos), sendo de destacar o achado de duas moedas da primeira metade de setecentos, sob um dos soalhos no rés do chão da casa, na Zona I (Sousa, 2011).

3. Descrição do edifício

A estrutura que restou do antigo Paço Episcopal, e que observámos após os trabalhos de demolição e limpeza, insere-se na tipologia arquitectónica comum às moradas nobres da primeira metade de setecentos. Executado em alvenaria de granito, assente com argamassa e rebocado pelo



Figura 15. Principais fases de construção e/ou alteração do edificado (séculos XVIII-XX) e localização do espólio arqueológico exumado (Zonas I, II, III e IV).

| Zonas | Fragmentos cerâmicos | Numismas | Outros | Datação estimada |
|--------|----------------------|----------|-----------------|-------------------|
| I | 11 | 8 | — | Séculos XVI-XX |
| II | 15 | — | 1 doc. em papel | Séculos XVII-XX |
| III | 5 | — | — | Séculos XVI-XVIII |
| IV | 4 | — | — | Séculos XIX-XX |
| TOTAIS | 35 | 8 | 1 | Séculos XVI-XX |

Quadro 1 - Distribuição do espólio arqueológico por zonas de intervenção.

| Cronologia | Grupo | Subgrupo | Formas | | | | N.º Frag. | Total | % |
|-------------------|-------------------|----------------|------------------|-----|------|-------|-----------|-------|-------|
| | | | Bordo | Asa | Bojo | Fundo | | | |
| Séculos XVI-XVIII | Comum | Vermelha/bege | 4 | — | 5 | — | 9 | 18 | 51,43 |
| | | Preta/cinzenta | — | — | — | — | — | | |
| | Louça malegueira | — | — | 2 | 1 | 3 | | | |
| | Faiança | Portuguesa | 1 | 1 | 1 | 1 | 4 | | |
| | | Brioso | 1 | — | 1 | — | 2 | | |
| Séculos XIX-XX | Comum | Vermelha/bege | — | — | — | — | — | 13 | 37,14 |
| | | Preta/cinzenta | — | — | — | — | — | | |
| | Vidrado de chumbo | - | 2 | — | 1 | 1 | 4 | | |
| | | Faiança | Louça de fábrica | 9 | — | — | — | | |
| | Indeterminada | Comum | Vermelha/bege | — | 1 | — | 1 | | |
| Preta/cinzenta | | | 1 | — | 1 | — | 2 | | |
| TOTAIS | | | 18 | 2 | 11 | 4 | 35 | 35 | 100 |

Quadro 2 - Distribuição do espólio cerâmico exumado por épocas e grupos (adaptado de Barreira, Dordio e Teixeira, 1998).

| Unidade Monetária | Valor | Ano | Emissor | Metal | N.º de Numismas |
|-------------------|--------|--------|----------------------|--------------|-----------------|
| Réis | V réis | 171[4] | D. João V | Cobre | 1 |
| | | 1734 | D. João V | Cobre | 1 |
| Escudo | 2\$50 | 1976 | República Portuguesa | Cupro-Níquel | 1 |
| | | 1988 | República Portuguesa | Latão-Níquel | 1 |
| | 10\$00 | 1989 | República Portuguesa | Latão-Níquel | 1 |
| | | 1992 | República Portuguesa | Latão-Níquel | 1 |
| | 20\$00 | 1987 | República Portuguesa | Cupro-Níquel | 1 |
| | 25\$00 | 1980 | República Portuguesa | Cupro-Níquel | 1 |
| TOTAL | | | | | 8 |

Quadro 3 - Classificação e quantificação do espólio numismático exumado (adaptado de Gomes, 2007).

interior e exterior, o imóvel apresenta planta rectangular, dois andares e o espaço de ambos os pisos organizado regularmente em três alas, com a ala central ligeiramente mais larga que as laterais.

Como era habitual nestas casas, o maior investimento arquitetónico e decorativo concentrou-se na fachada (Azevedo, 1969: 70). O enquadramento da fachada principal realizou-se com recurso a cunhais apilastrados lisos e pouco salientes e três barras horizontais em granito, que a dividiam em duas partes – inferior e superior. Nela se rasgaram, simetricamente, diversas aberturas: no andar térreo, ao nível da rua, três portas alternadas com quatro óculos alongados e, no primeiro andar, sete janelas de sacada com varandas, resguardadas por gradeamentos de ferro forjado com aplicações de chumbo. Na fachada lateral voltada ao Quelho do Paço manteve-se idêntica simetria e regularidade: no rés do chão, duas janelas foram colocadas na extremidade e entre elas dispõem-se três óculos, um central, idêntico aos da fachada principal, e dois laterais, mais pequenos e com moldura diferente; no piso superior, o conjunto de quatro janelas de sacada, com igual gradeamento, é interrompido, ao centro, por uma janela. Quanto à fachada lateral virada à Rua d'O *Penafidelense*, desconhecemos qual seria o seu aspecto original, contudo, os dois vãos que apresenta atualmente parecem resultar de um aproveitamento de duas janelas que foram rasgadas e transformadas, uma, em porta, ao nível da rua, e, outra, em janela de sacada com

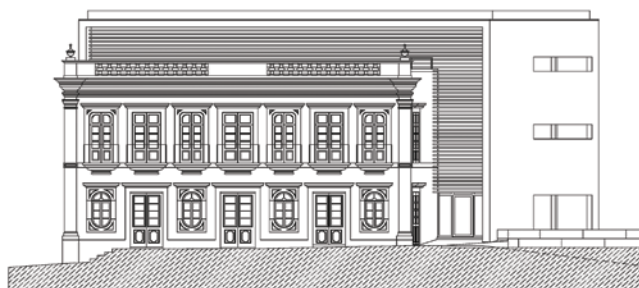
varandim (e não com varanda, como as restantes), resguardado por um gradeamento idêntico, no primeiro andar. Acreditamos que o facto de esta frente da casa estar muito próxima de outros prédios, ou até pegada a outra habitação, numa apertada malha de edifícios, determinou o menor investimento arquitetónico nesta fachada, também muito afetada pelas obras que aí se realizaram na segunda metade do século XIX. Todos os vãos foram emoldurados a cantaria de granito e, à exceção de dois óculos da fachada lateral do Quelho do Paço, rematados com cornijas simples e direitas. A linha do telhado foi acentuada com uma cornija saliente, coroada com uma balaustrada em granito, onde se apoiavam duas urnas, uma em cada extremo, alinhadas com as pilastras.

A decoração da fachada contrastava, como também era comum na época, com a simplicidade do interior (Azevedo, 1969: 70-71), onde se destacavam, pelo seu carácter nobre, a entrada e a escadaria. A entrada efetuava-se por um amplo átrio central lajeado, com ligação direta às alas laterais, surgindo, ao fundo, a escadaria, que iniciava com um lanço e dividia-se, a partir do primeiro patamar, em dois lanços opostos, sob os quais existiam dois vãos ao nível do rés do chão, posteriormente convertidos em passagens, em túnel de acesso a construções entretanto erguidas nas traseiras do edifício. Na ala esquerda de ambos os pisos merecem a nossa referência as janelas de assento ou conversadeiras, também em granito, voltadas à Rua do Paço e ao Quelho do Paço.



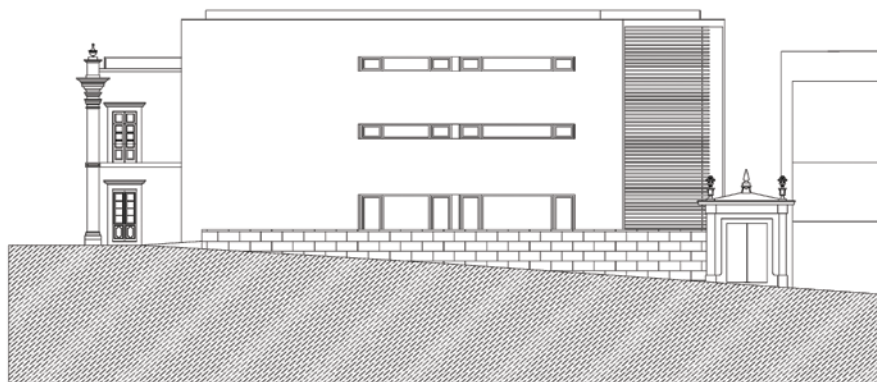
Figura 16. Planta da fachada principal antes das obras de remodelação. Fonte: Divisão de Gestão, Planeamento e Desenvolvimento Urbanístico – Câmara Municipal de Penafiel.

ALÇADO PRINCIPAL - Rua Direita / Largo P.e Américo



Figuras 17 e 18. Planta das fachadas principal e nascente com proposta de intervenção arquitetónica. Fonte: Divisão de Gestão, Planeamento e Desenvolvimento Urbanístico – Câmara Municipal de Penafiel.

ALÇADO LATERAL - Rua "O Penafidense"



ALÇADO LATERAL - Travessa do Paço



Figura 19. Planta da fachada poente com proposta de intervenção arquitetónica. Fonte: Divisão de Gestão, Planeamento e Desenvolvimento Urbanístico – Câmara Municipal de Penafiel.



Figura 20. Átrio do edifício, com arranque da escadaria e respetivas passagens em túnel.



Figura 21. Óculo e mísula, no primeiro patamar da escadaria.



Figura 22. Divisão da escadaria de acesso ao andar nobre, vendo-se o pormenor dos corrimões, rematados com volutas.

Ainda no primeiro patamar da escadaria, é hoje possível observar um óculo em forma de losango e, sob este, uma pequena mísula, bem como duas portas de acesso a um anexo de construção recente. Todos estes elementos, à exceção da mísula, parecem-nos acrescentos posteriores. O segundo patamar da escadaria, já em pleno andar nobre, dava acesso individual a cada uma das alas.

4. Antecedentes

A primeira referência a este espaço edificado data de 1634, momento em que aí encontrámos três casas, dispostas à face da Rua Direita, do lado norte, em frente à Quelha Larga, que dava acesso à Igreja da Misericórdia, pertença de diferentes proprietários e foreiras ao Convento de São Gonçalo, em Amarante. Todas eram sobradadas, com rés do chão e primeiro andar, e duas tinham os seus quintais nas traseiras, com árvores de fruto e poço, que confrontavam, a norte, com o caminho público para o lugar dos Pelames². Nelas viviam, de poente para nascente, Manuel Pereira, abade de Marecos (Penafiel), António Nunes, ferrador, e sua mulher, Maria Guedes, e Beatriz Manuel, viúva³. Anos mais tarde, em 1669, nas mesmas casas moravam Bento de Sousa, alfaiate, e sua mu-

² O topónimo Pelames remete para a atividade de curtição de peles. A referência mais antiga a este lugar data de 1444, sendo nele edificado o Convento de Santo António dos Capuchos, a partir de 1666 (Bernardo, 2012: 145).

³ PT/ADPRT/7MON/CVSGAMT/0086: 164-165.



Figuras 23, 24 e 25. Pormenor da construção, observando-se a junta aberta entre as paredes da fachada principal e interiores do edifício do Paço Episcopal.

lher Maria da Rocha, o padre António Guedes e Inês Guedes, viúva, filha de Beatriz Manuel⁴. Por anotações posteriores, feitas nas margens destes documentos, ficamos a saber que estas propriedades pertenceram, depois, à mitra de Penafiel.

O edifício que hoje conhecemos como tendo servido de Paço Episcopal é, porém, bastante distinto das descrições apresentadas para aquelas três moradas, sugerindo uma grande transformação nas construções pré-existentes. Ao realizarmos o acompanhamento arqueológico da obra, verificámos que a parede da fachada principal encostava às restantes paredes interiores, formando uma junta aberta, preenchida com pedra miúda e argamassa, e recorrendo à colocação de grandes gatos de ferro para a consolidar. Esta técnica é, por exemplo, usada na reconstrução dos edifícios

da baixa pombalina de Lisboa, após o terramoto de 1755, embora não seja uma inovação da época (Mascarenhas, 2009: 78, 91-92). Outro aspecto relevante é a dissonância entre as medições documentadas no século XVII e a regularidade e uniformização dos aparelhos exteriores e interiores da construção que subsistiu, o que indicia uma profunda remodelação não só das fachadas, mas também dos espaços interiores das habitações seiscentistas, que, num determinado momento, foram unidas numa única habitação.

Num breve apontamento do jornal *O Século XIX*, do dia 10 de junho de 1865, Simão Rodrigues Ferreira⁵, ao referir-se ao antigo Paço, dá-nos conta de uma reedificação levada a cabo na “8.^a casa da rua do Paço”, por altura do casamento de um membro da família Barbosa com uma senhora dos Beças de Arrifana, moradores que colocaram no cunhal as suas armas (Ferreira, 1865b)⁶. Na análise genealógica das duas famílias

⁴ PT/ADPRT/MON/CVSGAMT/00 88: 123-127v, 142.

⁵ Simão Rodrigues Ferreira (1812-1883) nasceu e morreu em Penafiel, no n.º 6 da Rua Direita, próximo do edifício do antigo Paço Episcopal. Foi Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, entre 9 de novembro de 1847 e 1 de janeiro de 1852 (Fernandes e Ribeiro, 1999: 12). Destacou-se, também, como estudioso de temas vocacionados para a História e Arqueologia locais, publicando diversos artigos no jornal *O Século XIX*, a partir do n.º 5, de 16 de março de 1864, que intitulou de “Apontamentos para a historia topographica de Penafiel”.

⁶ O autor apresenta a descrição da dita pedra de armas: “tem o escudo atravessado por uma facha, tendo d’um lado as armas dos Beças campo faxado de fachos d’ouro e vermelho com uma bordadura cheia de crescentes de lua de prata, e do lado contrario as armas de Barboza já descriptas, e por timbre o das armas dos Beças que é meio lobo de vermelho com um crescente das armas na espadua” (Ferreira, 1865b).



Figura 26. Quinta do Cavalum ou Laranjal, na atualidade, com o brasão dos Beça Barbosa no cunhal da casa.

verifica-se uma união matrimonial entre Manuel Rodrigues Veloso Barbosa, nascido na Casa da Varziela, em Vilela, Paredes, e Serafina de Beça e Sá, natural de Arrifana de Sousa, onde casaram, a 20 de fevereiro de 1664 (Rocha, 1963: 17)⁷. Do casamento nasceu um único filho, Manuel de Beça Veloso de Barbosa, batizado em 3 de novembro de 1665, também em Arrifana de Sousa, que veio a ser senhor do Morgado da Quinta de Venda de Campo, em São Martinho de Recezinhos (Penafiel), instituído pela sua tia, Maria de Beça Leal (Gayo, 1938: V, 61). Desconhecemos quando a família assentou residência nestas casas da Rua Direita, mas sabemos que é posterior ao ano de 1669 e que, em 1719, Manuel e sua mulher, Catarina de Castro, possuíam casa em Arrifana de Sousa, mas em lugar distinto, abaixo da Igreja Matriz⁸. De acordo com a documentação, os primeiros membros da família Beça Barbosa identificados como “moradores na Rua Direita em frente da Mizericórdia” são Bernardo Luís de Beça Veloso de Barbosa, filho de Manuel e Catarina, e sua esposa, Maria Bárbara Pereira Taveira, que aí viviam em dezembro de 1743, aquando do batismo do seu primogénito, José de Beça Veloso



Figura 27. Brasão dos Beça Barbosa.

de Barbosa⁹, morada que mantinham em janeiro de 1750¹⁰. Considerando que Bernardo Luís “viu-veu “à lei da nobreza”, com seus pajens e capelão privativo; foi Cavaleiro do hábito de Cristo¹¹ e senhor do morgadio da Venda do Campo” (Rocha, 1963: 19) e que a pedra de armas outrora existente no cunhal da casa é datável do segundo quartel do século XVIII ou anterior (Nóbrega, 1999: 33-34), é muito provável que estes tenham sido os primeiros Beça Barbosa a habitar aquele espaço e a reedificá-lo.

Em 1762, encontramos uma nova referência ao edificado, quando D. Maria Bárbara, já viúva, nos surge como proprietária de “huma morada de

⁷ PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/002/0001A:138v.

⁸ AMPNE, 7: 94.

⁹ PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0004: 8v.

¹⁰ PT/ADPRT/PRQ/PPNF24/001/0005: 5v-6.

¹¹ Felgueiras Gayo refere ter sido “Cavº da ord. de S. Tiago” (Gayo, 1938: V, 61).

cazas sobradadas com suas logeas e quintal que achavam valiam de renda somente dez mil reis por estarem fichadas a mayor parte do anno”¹². Embora desabitada, o valor atribuído à propriedade é dos mais elevados, facto que se relaciona com a sua localização e, possivelmente, com a qualidade da construção. Será o filho de Bernardo Luís e Maria Bárbara, José de Beça Veloso de Barbosa, que venderá esta casa e “tudo o mais que possuía para o Paço do Senhor Bispo”¹³, em 1773. Realizada a venda, o brasão da família que existia no cunhal foi pedido por um dos descendentes, o Dr. José Pereira Monteiro, “alegando parentesco com os taes Beças, e obtendo-as, as collocou na sua quinta do Cavalum aonde existem no Cunhal da casa” (Ferreira, 1865b)¹⁴.

Esta fase do edificado, de transição de casa de morada da família Beça Barbosa para Paço Episcopal, é aquela que nos levanta mais dúvidas. Sendo certo que originalmente existiam, no mesmo espaço, várias habitações, como prova a documentação atrás referida, quando ocorreu a sua transformação em “casa nobre”? Quem foi o responsável pela configuração que hoje apresenta? A família dos Beça Barbosa, que aí colocou o seu brasão, na primeira metade do século XVIII, ou a mitra de Penafiel, em finais da mesma centúria?

Teresa Soeiro contextualiza-nos este período, quando a elevação de Arrifana de Sousa a vila, em 1741, e depois a cidade de Penafiel, em 1770, ditou grandes transformações urbanísticas e arquitetónicas. Nesta época, a principal rua da povoação – a Rua Direita –, aparentava ser uma “rua de elite” e a sua envolvente parecia ganhar novo decoro, pois “Aqui e acolá as casas estreitas davam lugar a palácios ou palacetes com rés-do-chão e andar nobre, de longas fachadas horizontais nas quais sobressaía o portal encimado pelas armas da família, que dava acesso ao pátio e escadaria interior. Mais do que a nobreza, que preferia os seus solares periurbanos ou rurais, era a burguesia enobrecida que construía estas grandes habitações com aparatosas fachadas” (Soeiro,

1993: 1, 309). Reaproveitando as construções existentes, três tipos de reforma arquitetónica ocorreram nalgumas casas do burgo penafidense, a saber: (1) enobrecimento do traçado da fachada, a que por vezes “correspondiam traseiras pobres e um interior certamente também pouco tratado” (Soeiro, 1993: 1, 309), de que é exemplo o palacete na antiga Rua do Poço (atual Rua do Sacramento); (2) arranjo da fachada, com a colocação de um brasão, conforme sucedeu na Casa Soares Barbosa, no largo da Matriz, que “parece ter sofrido grandes arranjos na fachada nos finais de setecentos” (Soeiro, 1993: 1, 309); (3) junção de pequenas casas formando uma única residência de ampla fachada e maiores dimensões, como na Casa dos Garcez, na Rua Direita, uma “grande moradia organizada a partir da soma de pequenas casas, que foram todas unidas por um imenso frontão contracurvado que, porque a rua descreve uma ligeira curva, ficou também ele arqueado. Uma vez retirado o reboco ficou visível a diversidade das construções primitivas e a forma como foi introduzida na parede a pedra de armas” (Soeiro, 1993: 1, 309-310).

Sobre a construção que serviu de Paço Episcopal, a mesma investigadora considera que foi “Certamente muito reformada para se tornar habitação episcopal, sobretudo ao nível da fachada principal” (Soeiro, 1993: 1, 310). Os dados reunidos até ao momento indiciam, porém, que tal reforma poderá ter sido realizada pelos anteriores proprietários, os Beça Barbosa: em primeiro lugar, o “movimento” de enobrecimento das casas em que habitavam membros da aristocracia penafidense, como é o caso; depois, a anotação de António d’Almeida, no seu livro publicado em 1830, ao referir-se à venda do edifício para Paço Episcopal, especificando que “Proporcionou-se logo ocasião para adquirir huma boa Casa e quintal para residencia em frente da Sé” (Almeida, 1830: 107). Do mesmo modo, a tipologia arquitetónica do edificio, quer do ponto de vista estrutural, quer do ponto de vista decorativo, é comum às moradas nobres da primeira metade

¹² AMPNF, 1446: 21v.

¹³ PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0092: 360v.

¹⁴ AMPNF, 30.

de setecentos (Alves, 2001), o que, a juntar ao que foi dito anteriormente e ao facto de a casa estar desocupada já em 1762, nos pode remeter para uma reformulação anterior à sua aquisição para Paço Episcopal. Aliás, não terão sido estas mesmas condições – nobreza do edificado e respetivas obras de melhoramento, estado desabitado e oportuna localização – que terão destacado o imóvel, de entre tantos outros, para servir de residência ao bispo de Penafiel?

5. Paço Episcopal e Quinta do Bispo

No seguimento da elevação a cidade e bispado de Penafiel¹⁵, em 1770, surgiu a necessidade de dotar a urbe de uma Sé Catedral e de um Paço Episcopal para acolher o novo bispo. A Igreja da Misericórdia cumpriria a primeira função – a de Sé Catedral, sob invocação de Nossa Senhora e São José (Ferreira, 1864a), considerada “de nobre architettura” e por se achar “no mais aprazível sitio da cidade”¹⁶. Nela tomou posse o bispo nomeado, D. Inácio de São Caetano¹⁷, da Ordem dos Carmelitas Descalços, representado pelo seu procurador e provisor, Félix Martins de Araújo: “os Irmãos da mesma cuidarão em obzequiar a posse, e para esse fim ornarão a Igreja com todo o necessario, e prevenirão boa muzica para o Te Deum,



Figura 28. Fachada principal da Igreja da Misericórdia.

que tudo satisfizerão em o dia da posse aos 6. de janeiro de 1772. Em que assestirão todo o Clero e pessoas Nobres da cidade e vezinhanças”¹⁸.

Escolhida a Sé, faltava construir uma casa condigna para servir de residência episcopal, tendo o papa Clemente XIV, em março de 1773, conce-

¹⁵ A Carta de elevação da vila de Arrifana de Sousa a cidade de Penafiel data de 3 de março de 1770. A 21 de junho do mesmo ano, foi decretada a criação da diocese de Penafiel. D. José I elevou a vila de Arrifana de Sousa a cidade de Penafiel para a tornar digna do novo bispado, que queria desmembrar do do Porto (Soeiro, 2005: 133). O desmembramento e a criação de dioceses foram comuns nesta época, ocorrendo em Bragança, Beja, Pinhel, Castelo Branco e Aveiro (Costa, 1971: 819), justificando-se “pela necessidade de desmembrar dioceses demasiado grandes para poderem ser governadas com proveito para os fiéis” (Soeiro, 2005: 136). “O Bispado de Penafiel era constituído por cento e duas freguesias que hoje pertencem aos concelhos de: Paredes, com 23; Lousada, 9; Paços de Ferreira, 9; Amarante, 1; Marco de Canaveses, 3; Valongo, 3; Porto, 1 (Campanhã); Gondomar, 11; Penafiel, 42 (cinco das quais já extintas)” (Ferreira, 1987: 88). “A divisão do novo bispado de Penafiel era monstruosa, e até offensiva e incommoda aos moradores da cidade do Porto” (Ferreira, 1864a), porque “o bairro do *Senhor de bom fim* até ao *Poço das patas*, que fazem a entrada da Cidade do Porto, bem como a quinta do Prado, pertença dos Ex.mos Bispos della, erão do Bispado de *Penafiel* como parte da freguesia de *Santa Maria de Campanhã*” (Almeida, 1830: 109).

¹⁶ MMPNF, Lago, 1775: 17v.

¹⁷ Religioso da Ordem dos Carmelitas Descalços, nomeado confessor da princesa da Beira, futura rainha D. Maria I, em 1759, por indicação do Marquês de Pombal. Nasceu em Chaves, a 31 de julho de 1719, e faleceu no Paço de Queluz (Sintra), a 29 de novembro de 1788 (Pereira e Rodrigues, 1912: 669-671). Está sepultado na Basílica da Estrela (Lisboa), mandada edificar por D. Maria I, “constando da sua inscrição tumular a sua qualidade do Bispo de Penafiel” (Queirós, 1986: 16). Sobre a biografia de frei Inácio de São Caetano e o bispado de Penafiel, consultar também Sousa (1985).

¹⁸ MMPNF, Lago, 1775: 9v.



Figura 29. Retrato de frei Inácio de São Caetano, bispo de Penafiel, de 1786, acessível no Museu de Arte Sacra da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel. Fonte: Carlos Gonçalves.

dido ao prelado de Penafiel “todos os rendimentos das igrejas vagas” (Ribeiro, 1995: 30-31) para esse fim e adaptação da catedral¹⁹. Como a obra do Paço não se realizou, “Proporcionou-se logo ocasião para adquirir huma boa Casa e quintal para residencia em frente da Sé” (Almeida, 1830: 107).

A escritura de compra e venda data de 9 de fevereiro de 1773, ocasião em que D. Bárbara Jacinta Pereira Pinto de Almeida e seu marido, José de Beça Veloso de Barbosa, moradores na Quinta do Campo, freguesia de São Martinho de Recezinhos, termo da vila e concelho de Santa Cruz de Cima Tâmega, comarca de Guimarães, vendem ao bispo de Penafiel, representado pelo seu procurador, o Capitão Gabriel Afonso Ribeiro, da cidade do Porto, as suas casas sobradadas, sitas na Rua Direita da cidade de Penafiel, com todas as suas pertenças de quintal e casas térreas de que era “senhorio o Convento de S. Gonçalo da vila

de Amarante”. São também vendidos o cerrado, que ficava junto daquelas casas, pela parte norte, do qual eram “senhores e possuidores” os vendedores, “tudo cercado de parede ao redor”, e as sortes que estavam fora dele, com prazos foreiros a diversos senhorios, a saber: o Mosteiro de Santa Clara (Porto), o Balio de Leça (Matosinhos), a Comenda da Ordem de Cristo de Arrifana de Sousa (Penafiel), o Mosteiro de São Bento de Bustelo (Penafiel), o Mosteiro de São Gonçalo (Amarante) e o Real Mosteiro de Arouca. O documento elucida ainda que os proprietários decidiram vender estes bens “porque deviam dividas a que os mesmos (...) estavam obrigados e já com penhoras”, na eminência de serem executadas, evitando assim o “incomodo e perigo” de verem os seus bens arrematados por “diminuto preço”. Todos estes bens foram vendidos pelo preço de “seis mil cruzados livres”, discriminando-se o valor de cada uma das partes vendidas: as casas na Rua Direita, “um conto e duzentos mil reis”; o prazo de Santa Clara, “seiscentos mil reis”; o prazo de Leça, “duzentos mil reis”; o prazo de Arouca, designado “Campo do Tanque, cem mil reis”; as terras de Bustelo, “oitenta mil reis”; as terras de Amarante, “trinta mil reis”; as terras da Comenda, “vinte mil reis”; olival e campo que foi da Confraria do Santíssimo Sacramento da cidade de Penafiel, “hoje herdade e dizima a Deos, cento e setenta mil reis”²⁰.

Não é de excluir a hipótese de as “casas sobradadas (...) com todas as suas pertenças de quintal e casas térreas” terem sido alvo de obras de remodelação, com o objetivo de as tornar mais dignas do seu novo estatuto. Como já explicámos anteriormente, esta fase de transição é a que nos levanta mais dúvidas, não existindo provas documentais que nos permitam datar as alterações que ocorreram no edificado. A única mudança que se conhece na casa, após a venda à mitra, é a remoção do brasão da família dos Beças Barbosa da fachada.

¹⁹ Breve *Necessitatibus ecclesiarum*, de 8 de março de 1773.

²⁰ PT/ADPRT/NOT/CNPNF02/001/0616: 27v-32.



Figura 30. Brasão de frei Inácio de São Caetano.

O mesmo documento permite esclarecer um aspecto que se divulgou acerca da Quinta do Bispo: o facto de se atribuir a sua formação e construção da respetiva cerca a um momento posterior à compra para Paço (Ferreira, 1864a), quando podemos, agora, constatar que já existia um cerrado murado, contíguo às casas, pela parte norte. Aliás, este existia já em 1763, pois, aquando do lançamento da décima desse ano, “Donna Maria Barbara viúva pello serrado, nas traseiras das suas cazas” e outras propriedades situadas no lugar de Louredo pagava 4000 réis²¹. Com a venda à mitra, em 1773, este cerrado pas-

sou a designar-se “Quinta do Bispo”. Tal devia ser a robustez da sua cerca que, volvido mais de um século, é ainda referida por Coriolano de Freitas Beça, descrevendo-a como “elevado e dispendioso muro” (Beça, 1896: 115). Uma das suas portas ostentava a pedra de armas do bispo de Penafiel²², que Abílio Miranda localizou “do lado do norte, quando se vai para o Monte de Melro” (Miranda, 1938a: 22), e que, em 1938, se encontrava “em casa do sr. Conselheiro Dr. Joaquim de Vasconcelos, Casais Novos”²³ (Miranda, 1938a: 22), na freguesia de Croca (Penafiel). Em 1999, a pedra de armas permanecia no mesmo local, conforme constatou A. Nóbrega²⁴, onde ainda hoje se mantém.

O Paço e o seu quintal estavam separados do cerrado por um caminho, a atual Travessa da Quinta do Bispo, fazendo-se a ligação por um passadiço em arco de cantaria, elevado sobre a pequena via e descrito por Simão Rodrigues Ferreira, em 1864 (Ferreira, 1864a), Pinho Leal, em 1875 (Leal, 1875: 579), e ainda representado na planta da cidade do final do século XIX.

Até 1778, data da extinção do bispado de Penafiel, o edifício funcionou como Paço Episcopal, constando que o bispo nunca cá teve residência, nem sequer pernitoitou, pois prendia-o a Lisboa o facto de exercer funções na Corte, na qualidade de confessor da princesa e futura rainha D. Maria I. Na ausência deste, o edifício serviu de residência ao provisor, magistrado eclesiástico responsável pelo exercício da jurisdição em nome e representação do bispo. Custódio José de Paiva e Sousa²⁵ exerceu estas funções durante os oito

²¹ AMPNE, 1447: 75.

²² “Como brasão, o bispo usa o escudo, encimado pelo chapéu forrado de verde, tendo, de cada lado, cordões entrelaçados de seda da mesma cor e com seis borlas; a mitra à direita e o báculo pastoral, de ouro, à esquerda” (Costa, 1971: 348).

²³ Abílio Miranda apresenta a seguinte descrição da pedra de armas do bispo de Penafiel: “Armas dos Carmelitas, tendo em ponta duas cruzes potentes. Sobrepujado dum chapéu da categoria de bispo e sobre a coroa real da Virgem, das armas dos Carmelitas, seis estrelas, servindo de timbre. Pelas estrelas do timbre e pelas cruzes potentes em ponta, parece tratar-se duma dignidade da Ordem de Jerusalem” (Miranda, 1938a: 22).

²⁴ “(...) encontra-se, presentemente, em exposição no jardim da Casa de Casais Novos (Croca – Penafiel)” (Nóbrega, 1999: 28, nota 21).

²⁵ Descendente da Casa da Mulra, casa nobre na freguesia de Bitarães, concelho de Paredes, e formado em Cânones, pela Universidade de Coimbra (Dias, 1981: 140).



Figura 31. Planta da cidade de Penafiel, do final do século XIX, com a localização do Paço Episcopal e da Quinta do Bispo.

anos de vigência do bispado de Penafiel (Dias, 1981: 140). No Paço Episcopal funcionava também o auditório eclesiástico, do qual faziam parte um vigário geral, ministros e outros oficiais, afirmando-se os editais nas portas do edifício, por ordem do bispo²⁶. Paralelamente, aí decorriam “aulas de Português, Latinidade, Lógica, Retórica e Grego e exames sinodais” (Dias, 1981: 141).

6. O edifício após a extinção do bispado de Penafiel

6.1. Instalações da mitra do Porto

Extinto o bispado, a 7 de dezembro de 1778 (Soeiro, 2005: 133-150), a casa passou para a mitra do Porto, sendo bispo D. João Rafael de Mendonça²⁷. Pio VI teve o cuidado de ressaltar os privilégios dos habitantes do extinto bispado “e por isso mandou se estabelecesse hum auditório, e seu Official com authoridade, o *Vigário Geral*, (...) para que a Cidade de Penafiel, que he populosa, não careça de competente soccorro, assistencia, e facil administração da Justiça” (Almeida, 1830: 110). O auditório instalou-se no antigo Paço, em 28 de março de 1779 (Almeida, 1830: 110), funcionando também aí a Câmara, ou Cartório dos Livros Findos, e o Tribunal Eclesiástico, e servindo ainda de residência ao vigário geral.

Em setembro de 1792, o mesmo bispo do Porto, representado pelo vigário geral e juiz dos casamentos da cidade de Penafiel, Doutor Ma-

nuel de Sousa e Silva, fez um contrato “de redução de laudemios e de prazos a foro perpetuo”, relativo às “tres moradas de cazas com seos quintaes e rocios sitas na Rua Direita da cidade de Penafiel”, com os padres do Convento de São Gonçalo, em Amarante. O documento explica que os religiosos do Convento de Amarante, senhorio daqueles bens, “por agora serem findas as vidas dos referidos prazos” e “de não poderem fazer as renovações em vidas pela mesma Excellentissima Mitra a não fez por ser corpo que não finaliza”, sentiam-se “muito prejudicados nos laudémios e luctuosas que lhe podião acontecer nas vendas que se podião fazer das ditas cazas e quintaes se estivessem em vidas em pessoas particulares e não era justo que ficassem perpetuamente privados destes interesses do seo direito dominical”²⁸.

Até 1834, “quando esta terra foi invadida pelo exercito libertador” (Ferreira, 1865a), funcionaram no edifício do antigo Paço aqueles serviços, que António d’Almeida enumerou em 1830: “*He Penafiel Capital da Comarca Ecclesiastica de Penafiel*, que faz parte do Bispado do Porto, e tem hum auditorio contencioso composto por hum *Vigario Geral*, que tambem he *Juiz dos Cazamentos, e dos Residuos, e Chanceller* (...); de hum *Promotor*, e *Vigario Geral nas vacantes* (...); de dous *Escrivães do Contencioso*; de outro que he *Contador, Distribuidor, Inquisidor, e Corretor de folhas*, o qual tambem serve de *Escrivão do Registo*; de hum *Escrivão dos Livros findos*, a cujo cargo está o Cartorio intitulado *Camara Ecclesiastica* existente no *Paço do Bispo*; de hum *Meirinho geral*, e

²⁶ Pastorais do Bispo de Penafiel, de 22 de outubro de 1774 (Ferreira, 1864b), publicadas por Miranda (1938b).

²⁷ De entre as razões apontadas para a extinção do bispado de Penafiel, Simão Rodrigues Ferreira enumerou aquelas que nos parecem ter sido as fundamentais: “Desejava o bispo vir para o centro das suas ovelhas, depois da morte de D. Jozé, e queda do Marquez de Pombal, ao que de modo algum annuiu a rainha; e como a sua delicadeza d’elle, e mais que tudo a sua consciencia não se acomodasse a disfructar o beneficio contra os sagrados canones, sem a condição essencial da residência na Diocese, tratou de renunciar. (...) ainda existia a desapprovação, e o desgosto da nova divisão do bispado de Penafiel, desmembrado do Porto, e feita com a maior irregularidade, e incommoda ás visinhanças do Porto (...). Renunciou pois o bispo de Penafiel nas mãos do Papa o seu bispado, e a rainha rogou fosse de novo incorporado no bispado do Porto, por não estar feita a cathedral, nem haver meios de se fazer com decencia e grandeza, e sustentar se um cabido; e pela pouca circunspeção e cautella com que se fez a divisão” (Ferreira, 1864b). As insígnias episcopais, guardadas no Museu de Arte Sacra da Misericórdia de Penafiel, lembram este breve episódio da história penafidelense. A atitude de frei Inácio, na sequência da morte de D. José, “estava em conformidade com o interesse em suprimir o bispado, reintegrando-o no do Porto (...)”. A Câmara ainda esboçou uma reacção a mais esta amputação ao prestígio da cidade, mas de nada valeu” (Soeiro, 2005: 148).

²⁸ PT/ADPRT/NOT/CNPNF02/001/0640: 89-93.

Solicitador das Justiças; de hum Porteiro e homem da vara, cujos empregos são amovíveis, e da nomeação dos Ex.mos Bispos do Porto. Este auditorio tem somente Jurisdição ordinaria e delle se recorre diretamente por appellação para o *Metroropolitano de Braga*; tem audiencia nas Segundas e Quintas feiras de cada Semana em caza privativa no mencionado *Paço do Bispo*” (Almeida, 1830: 93).

Entre 1779 e 1834, contam-se quatro vigários gerais, responsáveis pelas instalações e que aí poderão ter habitado: João de Sousa Pimentel, até 1781; Manuel de Sousa e Silva, nomeado a 12 de abril de 1781; Teodoro Pinto Coelho de Moura, desde 23 de setembro de 1797; e José de França Castro e Moura, que tomou posse a 7 de janeiro de 1810 (Almeida, 1830: 93-94). Após este período, na casa, “em quanto se não vendeu – esteve o cartorio dos livros findos” (Leal, 1875: 579).

Em 1855, “achando-se as (...) casas apalaçadas por habitar ha muitos annos, e por isso em termos de se tornarem pardieiros e a mesma Quinta bastante deteriorada, por andar sempre em poder de caseiros, sem ter senhorio proximo, que olhasse pelo seu grangeio, conservação, e aumento”, o bispo do Porto, D. António Bernardo da Fonseca Moniz, solicitou ao Ministério da Justiça – Repartição dos Negócios Eclesiásticos autorização para vender estas propriedades e assim “ocorrer á imminente ruina, e augmentar os rendimentos da sua Mitra”²⁹.

A autorização régia para se proceder à venda chegou por Portaria, de 24 de março de 1855, tendo o bispo pedido uma avaliação dos bens que incluíam: “humã morada de casas apalaçadas com suas pertenças, sita na Rua do Paço, da (...)

cidade de Penafiel, e que antigamente servia de Paço Episcopal do Bispo”; “Quinta, que se compoem de casas para caseiros, e de terras cultas, e incultas, toda murada”; e “fora dos muros algumas sortes de mato, no monte proximo, tudo de natureza livre, e alodial, e unicamente com hum foro senso de tres mil trezentos e trinta reis, que antigamente se pagava ao Mosteiro de Sam Gonçalo d’Amarante e hoje por sua extinsão se paga á Fazenda Nacional”. Para proceder à avaliação foram nomeados António da Silva Carneiro, José da Silva Faísca e Joaquim Barbosa, todos da cidade de Penafiel, que fixaram o valor das casas em “hum conto novecentos e vinte mil reis”, e o da quinta no de “dous contos oitocentos mil reis”, perfazendo a quantia de “quatro contos setecentos e vinte mil reis”³⁰. Feita a avaliação, o bispo mandou afixar os editais para a arrematação dos bens, datados de 14 de abril do mesmo ano, anunciando a venda em praça para o dia 11 de maio seguinte. A venda em praça foi muito concorrida, quer em número de espectadores, quer na quantidade de pretendentes a compradores. O último lanço, na quantia de oito contos de réis, foi de António Teixeira de Queiroz³¹, um ilustre penafidense que voltará a transformar o vetusto edificio numa residência familiar³².

6.2. Residência da família Queiroz

Em 1855, António Teixeira de Queiroz comprou à mitra do Porto, sendo bispo D. António Bernardo da Fonseca Moniz, a seguinte propriedade: “humã morada de casas apalaçadas com suas pertenças, sita na Rua do Paço, da dicta cidade de Penafiel, e que antigamente servia de Paço Episcopal do Bispo, que então havia na mesma ci-

²⁹ O documento refere que o produto desta venda seria empregue em inscrições da Junta do Crédito Público ou em ações dos caminhos de ferro ou de outras estradas (PT/ADPRT/NOT/CNPRT06/001/4343: 110).

³⁰ PT/ADPRT/NOT/CNPRT06/001/4343:109v-110.

³¹ PT/ADPRT/NOT/CNPNF06/001/4343: 110.

³² António Teixeira de Queiroz nasceu a 21 de dezembro de 1816 (Nóbrega, 1999: 38), filho de Joaquim Teixeira de Queiroz. Presidente da Comissão Municipal Interina, entre 13 de julho e 8 de novembro de 1847 (Fernandes e Ribeiro, 1999: 12-13), foi Cavaleiro da Ordem de Cristo e recebeu Carta de Brasão de Armas a “21 de abril de 1860 reg. – escudo partido em pallas 1.º armas dos Queiroz 2.º dos Madureiras” (AMPNF: D30). Faleceu a 15 de março de 1874 e está sepultado no jazigo da família Queiroz, no Cemitério Municipal de Penafiel (Nóbrega, 1999: 38).

dade; a qual confronta do nascente com as casas, e quintal delle segundo outorgante, poente com a viella, que vai para os Capuchos, norte com o carreiro com [sic], que separa esta propriedade, da Quinta da mesma mitra, com a qual communica por hum passadiço de pedra, e do sul com a rua publica”, e a “Quinta, que se compõem de casas para caseiros, e de terras cultas, e incultas, toda murada, e fóra dos muros algumas sortes de matto, no Monte proximo, tudo de natureza livre, e alodial”, pela quantia de oito contos de réis. A avultada soma levou António Teixeira de Queiroz a contrair um empréstimo, no mesmo valor, com o visconde d’Alpendurada, António Vieira de Magalhães³³.

Pinho Leal comentou este acontecimento, dizendo que “por oito contos de réis – talvez menos do que hoje importaria o muro! – e tendo a sua casa contigua, fez communicar as duas propriedades, e na do bispo fez grandes melhoramentos, tanto no edificio, como na quinta, que agora vale mais de 20 contos de réis” (Leal, 1875: 579), transformando-a em sua residência. No registo predial de 1868, a propriedade adquirida é denominada de “Casa e quinta do Paço”, localizada “na Rua do Paço n. 1”, que confrontava a nascente “com casas de seus donos”. O mesmo documento predial descreve a quinta junto à casa, ainda “com um passadiço para ella, toda fechada de muro alto, e composta de terra lavradia, de matto, pomar e casas para caseiros”³⁴.

O testemunho coevo de Pinho Leal informa que, nesta época, ocorreu uma nova alteração à estrutura arquitetónica, por iniciativa do então proprietário, que consistiu na união do antigo Paço à casa contígua, do lado nascente, também sua propriedade. O mesmo autor referiu outros pormenores alusivos ao estado da antiga propriedade episcopal, cerca de 1875: “Quinta do Bispo – E’ uma boa propriedade, com vasto e bom

palacio, e toda cercada de um antigo muro. (...) Fica na rua, antigamente chamada, *Rua Direita*, e agora (por causa d’este edificio) *Rua do Paço*. O edificio está separado da quinta por um caminho, mas communica-se por um bom arco de cantaria” (Leal, 1875: 579).

Falecido António Teixeira de Queiroz, em março de 1874, o Paço e a Quinta foram herdados pela esposa e seus descendentes: D. Rita de Cássia d’Araújo Queiroz, o filho, João Teixeira d’Araújo Queiroz, proprietário entre 1874 e 1878³⁵, e o neto, Vasco Teixeira de Melo Queiroz, a partir de 1878.

6.3. Fragmentação da casa e quinta

A modernidade dos finais do século XIX ditou uma nova fisionomia para a envolvente do antigo Paço. À semelhança do edificio episcopal, que já fora, em determinados momentos, remodelado, também o cerrado do bispo “foi atrevidamente invadido pela onda de melhoramentos locais e cortado em ramaes (ou avenidas?) a partir da rua do Paço para a rua da Vista Alegre, para Bustello e para Louredo” (Beça, 1896: 12). Estas novas ligações traduziram-se nas atuais Avenida Manuel Pedro Guedes, entre 1882 e 1888 (Soeiro, 1993: 337), “para Louredo”, na Avenida Soares de Moura, iniciada em 1890 (Soeiro, 1993: 342), ligando as Ruas do Paço e da Vista Alegre, e na Rua Abílio Miranda, “para Bustello”.

A construção da Avenida Manuel Pedro Guedes, no troço hoje denominado Rua d’O *Penafielense*, além de ter separado o Paço da sua artéria original, arrasou com as casas que lhe confinavam a nascente, ditando uma nova confrontação, assinalada na descrição predial de 1893: “Uma morada de casas nobres, telhadas, s[obra]dadas com lojas, n.º de policia 5, um recinto e u[m] pequeno jardim, a confinar tudo do nascente co[m] a Avenida Pedro Guedes”³⁶. A ligação que António Tei-

³³ PT/ADPRT/NOT/CNPNF01/001/0293: 96v-97v.

³⁴ CRPPNF-LDP 637.

³⁵ CRPPNF-LDP 637-avverb.1.

³⁶ CRPPNF-LDP 637-avverb.1.

xeira de Queiroz efetuara entre as duas propriedades foi também apagada, apenas subsistindo a sua representação na cartografia antiga da cidade. Apesar desta amputação na antiga estrada medieval, esta avenida afirmou-se como um dos principais eixos de circulação da cidade, quebrando a apertada malha urbana penafidense e permitindo a sua abertura ao exterior e futuro³⁷.

Na mesma altura, terá sido erguido o muro que separava o restante quintal da nova artéria, deslocando-se um antigo portal, cuja lavra parece ser contemporânea da remodelação setecentista e que ainda hoje se mantém³⁸. A partir deste momento, a Quinta, ou Cerrado do Bispo, foi irremediavelmente fragmentada e, mais tarde, ocupada



Figura 32. Pormenor do projeto do corte de estrada para construção da Avenida Manuel Pedro Guedes, vendo-se o traçado proposto sobre os edifícios a expropriar e demolir. Fonte: AMPNF. PTSACQA-MA-A-F-001-PLT06_m0001.

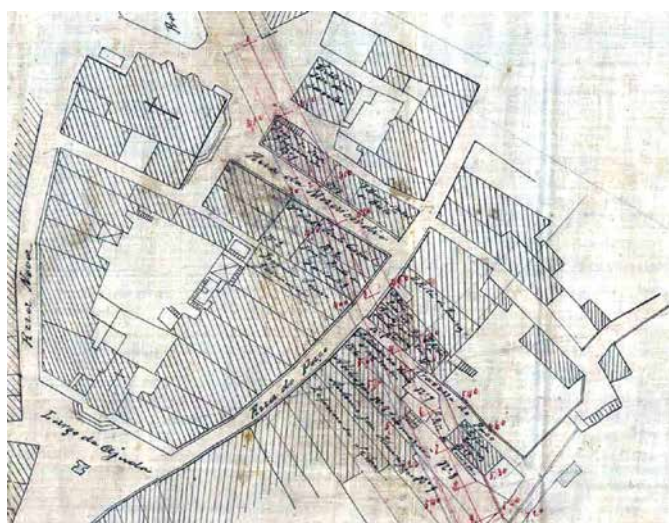


Figura 33. Pormenor da planta geral da cidade, de 1906, com os arruamentos já construídos no espaço da Quinta do Bispo. Fonte: MMPNF. Dourado, 1906.

por inúmeras construções, das quais se destacam as seguintes: a Praça de Touros em madeira, com capacidade para 6000 espectadores, inaugurada em junho de 1930, posteriormente, vendida à Fábrica de Serração de Paredes, em 1935, e demolida para a construção de uma “Serração” (Ferreira, 2000: 83, 86), terreno adquirido pelo Município, em 1999³⁹, e onde funciona o Centro Escolar de Penafiel, desde setembro de 2013; o edifício da Central Elétrica, onde hoje estão os Bombeiros Voluntários de Penafiel, construído em 1912⁴⁰; e o edifício da antiga cadeia da comarca, atual Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Penafiel. No início da década de 1970, toda esta área começou a ser fortemente urbanizada, como testemunhou Ângelo Pimentel: “Esta zona começa agora, exatamente no nosso tempo, a encher-se de casas, o que prova a

³⁷ Outro aspecto que concorreu para a preponderância desta artéria foi a instalação da linha de caminho de ferro, ligando Penafiel à Lixa (Felgueiras), que aí permaneceu cerca de duas décadas, entre 1912 e 1931 (Ferreira, 1993: 33, 36, 87).

³⁸ Portal encimado por um frontão, rematado por pináculo central, ladeado por dois laterais com folhas de acanto. Desconhecemos a localização de uma fonte que se situava nas traseiras da atual empresa de camionagem VALPI e que desapareceu durante o decorrer da obra do Paço. Com tanque circular, constituído por grandes lajes de granito de contorno quadrado, e com um plinto central, encimado por uma pequena taça, decorada com uma carranca de gosto popular, terá pertencido à antiga Quinta do Bispo?

³⁹ O terreno foi adquirido para a construção de um novo edifício camarário que não chegou a realizar-se (Ferreira, 2000: 86).

⁴⁰ [S.a.] (1912) – Luz electrica. *O Penafidense*. Penafiel. Ano 35, n.º 3: 545.



Figura 34. Provável fonte da Quinta do Bispo, em 2006, hoje desaparecida. Fonte: Gabinete Técnico Local – Câmara Municipal de Penafiel.



Figura 35. Antigo Paço Episcopal num postal dos inícios do século XX. Fonte: MMPNF. Coleção de Postais.

ampla visão dos nossos homens de há cem anos” (Pimentel, 1970-1971: 22). O Conjunto Habitacional da Quinta do Bispo, concluído no início da década de 1980 (Silveira, 1980), é disso exemplo.

À fragmentação exterior do espaço correspondeu o fracionamento interior do imóvel setecentista, ocupado por várias associações e coletividades da cidade, como a redação e tipografia do jornal *O Penafidense*, fundado a 1 de janeiro de 1878 (Ferreira, 2000: 192-193), o Grémio da Lavoura, a Associação Artística dos Socorros Mútuos Penafidense⁴¹, que aí funcionava nos anos oitenta do século XIX, e a Corporação dos Bombeiros Voluntários de Penafiel que, em 1894, ocupava os baixios da casa, à altura denominada Palacete de Vasco de Araújo Queiroz, segundo noticia o jornal *O Penafidense*, em 24 de agosto

de 1894. Em 1942, também a sede da Associação Comercial de Penafiel estaria aí instalada (Sousa, 1992: 22-23)⁴².

Por morte de Vasco Teixeira de Melo Queiroz, neto de António Teixeira de Queiroz, a propriedade transitou para a sua esposa, filha e genro, respetivamente, Adélia da Conceição Pinto Monteiro de Melo Queiroz⁴³, Maria de Lurdes de Melo Queiroz de Araújo⁴⁴ e António Correia da Silva Araújo, sendo vendida, a 8 de setembro de 1947, a Alberto Pinto⁴⁵, industrial penafidense, “concessionário das carreiras de camionetes Penafiel-Porto”⁴⁶. A casa terá servido de habitação à família Queiroz até finais do século XIX, altura em que parte dos pisos inferiores do Paço estava arrendada às diversas entidades acima enumeradas e Vasco Teixeira de Queiroz concluía a cons-

⁴¹ A Associação Artística de Socorros Mútuos Penafidense tem como antecessor o Centro Promotor de Instrução, Recreios e Melhoramentos dos Artistas Penafidenses, com estatutos aprovados em 1877; foi criada nos inícios do ano de 1886, surgindo, mais tarde, em outubro de 1907, a Associação Fúnebre Familiar Penafidense, com sede nas mesmas instalações (Ferreira, 1995: 97-100).

⁴² Por lapso, o autor indica o edifício n.º 3 da Rua Direita como sendo o antigo Paço Episcopal.

⁴³ Filha de José Maria Pinto Monteiro e Emília Augusta Pinto Monteiro, natural da freguesia e concelho de Penafiel, onde nasceu em 1876 (CNRBF 1876: AB). Casou, em 1911, com Vasco Teixeira de Melo Queiroz (CNRBF 1911: AC 102), e faleceu em 28 de agosto de 1970, com 94 anos, na freguesia do Bonfim, no Porto (CNRBF 1970: AO 645). No seu assento de óbito é dada como morada de residência a rua de Naulila n.º 204 – Bonfim, Porto (CNRBF 1970: AO 645).

⁴⁴ Filha de Vasco Teixeira de Melo Queiroz e Adélia da Conceição Pinto Monteiro de Melo Queiroz, nasceu a 2 de outubro de 1912, na freguesia e concelho de Penafiel (CNRBF 1912: AN 548).

⁴⁵ CRPPNF-LIT 18583.

⁴⁶ AMPNFSM-OPUBub: 1140.

trução de uma nova casa na Avenida Zeferino de Oliveira⁴⁷ (Mendes, 1998: 25), junto do novo santuário e parque. Casa onde ainda morava a sua viúva aquando da venda a Alberto Pinto, enquanto a sua filha e genro eram “moradores na Rua de Naulila, n.º 185, da cidade do Porto”⁴⁸.

De acordo com as Descrições Prediais, Alberto Pinto adquiriu “Uma morada de casas nobres, telhadas e sobradadas, com suas lojas, quinteiro e dependência, recinto e um pequeno jardim, sita na Rua Alexandre Herculano”⁴⁹, como se denominava a Rua do Paço nesta data, e duas casas⁵⁰, de tipo urbano, localizadas na Travessa da Quinta do Bispo e Avenida Manuel Pedro Guedes⁵¹, correspondendo a primeira ao Paço e as segundas a construções entretanto erguidas, à face da rua, no espaço do antigo quintal. A compra compreendia também quatro terrenos “a mato”, designados por “sortes”, nos lugares de São Roque⁵², Melres⁵³, Alto do Sobreiro⁵⁴ e Tanque de Melres⁵⁵, na “freguesia e subúrbios” da cidade de Penafiel, partes da antiga Quinta do Paço e, à data da compra, dela desanexados, “passando a [par]te restante a ter as seguintes altera[ções:] denomina-se “Cerrado ou Quinta [do] Bispo ou do Paço, composta de u[m] assento de casas de caseiros, telhada[s] e sobradadas com sua loja, beir(...) com campos, leiras, presas de água, r[a]madras e árvores de fruto, tudo sito n[a] Avenida Pedro Guedes, a confinar [do]

nascente com a Avenida Pedro Gue[des,] poente com a Travessa dos Pala[mes,] digo, dos Pelames, norte com a A[ve]nida Pedro Guedes e herdeiros de A[ntó]nio Ribeiro da Silva e do sul com herdeiros de António Mendes de V[as]concelos, Maximínio Dias Mo[raes] e com o Quelho das Castanhas”⁵⁶.

Dois anos após a compra da casa e dos terrenos, Alberto Pinto apresentou à Câmara Municipal de Penafiel um requerimento para a construção de uma estação de camionagem, adossada às traseiras do nobre edifício, “uma Estação-Garagem na Avenida Pedro Guedes (...), destinada a (...) oficina e recôlha dos seus veículos”. Devido à exiguidade do espaço, acanhado quer para estacionamento, quer para manobras de grandes veículos, o projeto não chegou a concretizar-se, propondo-se o “aproveitamento e cedência dos terrenos contíguos da antiga central elétrica”.

Porém, como a cedência deste terreno “traria grandes despesas para a Câmara com a reconstrução do edifício e mudança da instalação”, nova troca de terrenos foi sugerida⁵⁷. A garagem pretendida por Alberto Pinto apenas viria a ser construída na década de 1960, com a atual Central de Camionagem VALPI⁵⁸, nos terrenos da Quinta do Bispo, altura em que, finalmente, se libertou do congestionado trânsito da Rua Alfredo Pereira.

⁴⁷ A casa corresponde ao atual n.º 1 da Avenida e ostenta um painel de azulejos com o brasão de armas da família Queiroz. Até há poucos anos, serviu de sede à Cooperativa Agrícola de Penafiel.

⁴⁸ CRPPNF-LIT 18583.

⁴⁹ CRPPNF-LDP 54302.

⁵⁰ Uma “de dois pavimentos” (88 m²) e outra “de quatro pavimentos e anexos” (215 m²) (CRPP-LDP: 54301).

⁵¹ CRPPNF-LDP 54301.

⁵² CRPP-LDP: 54303.

⁵³ CRPP-LDP: 54304.

⁵⁴ CRPP-LDP: 54305.

⁵⁵ CRPP-LDP: 54306.

⁵⁶ CRPP-LDP: 637-avverb. 4.

⁵⁷ AMPNF SM-OPub: 1140.

⁵⁸ AMPNF SM-OPart: 241-400.

Inviabilizada a execução do projeto da estação de camionagem, outros serviços passaram a ocupar a vetusta casa, instalando-se aí o posto da “Viação Alberto Pinto & Filhos, Lda.: Despachos e venda de bilhetes”. As camionetas da “Viação” tornaram-se, então, uma presença constante na avenida.

Em 1971, Alberto Pinto arrendou à Câmara Municipal de Penafiel o prédio urbano “com todos os seus acessos”, sendo Presidente Manuel Alves Moreira, provavelmente já com o objetivo de aí estabelecer a Escola do Magistério Primário de Penafiel, que lecionou entre 1972 e 1988-1989 (Ferreira, 2006: 169). O contrato excluía do arrendamento “a parte do rés do chão que se encontra ocupada pela Associação Artística de Socorros Mútuos Penafidense e por D.^a Otília Mendes Leal (Herdeiros), como também a parte da cave ocupada por Maria Amélia Teixeira Mendes”, ressaltando que, caso os inquilinos desocupassem o espaço, este seria “automaticamente integrado” no contrato ora celebrado. Outra cláusula salvaguardava a dispensa de um compartimento para residência do irmão do proprietário, Rodrigo Pinto, “enquanto ele o desejar ou vivo fôr”. De acordo com uma informação oral⁵⁹, Alberto Pinto teria construído uma pequena habitação para o irmão, contígua ao antigo edifício episcopal e recuada em relação à sua fachada

principal, no gaveto das Ruas do Paço e d’O *Penafidense*, com entrada independente. Cremos que esta construção ter-se-á erguido aproveitando o arranque de um antigo muro demolido, aquando da abertura da Avenida Manuel Pedro Guedes, então parte integrante da propriedade que António Teixeira de Queiroz uniu ao Paço.

Em 1979, Alberto Pinto vendeu o imóvel a Elisabete Vilhena Carvalho Leal, proprietária que antecede a aquisição definitiva pela Câmara Municipal de Penafiel. Marca este período a ocupação do espaço pelo Instituto Superior Politécnico Portucalense, entre 1990 e janeiro de 2004 (Ferreira, 2006: 169), tendo a designação de Portucalense prevalecido até hoje.

A 22 de janeiro de 2003, o nobre edifício foi adquirido pelo Município, iniciando-se um novo ciclo da sua história. A partir de 2007 iniciaram-se profundas obras de remodelação e reabilitação do imóvel e da envolvente, como resposta ao avançado estado de degradação, libertando a construção dos acrescentos que lhe foram sendo associados durante a sua existência. A renovada arquitetura do espaço recebeu uma ocupação que lhe é familiar: uma instituição de ensino superior⁶⁰. As memórias de tão longo percurso vingarão para as gerações futuras, encerradas na toponímia da urbe penafidense: Rua do Paço, Quelho do Bispo e Travessa da Quinta do Bispo.

⁵⁹ Agradecemos esta informação ao Dr. António do Fundo.

⁶⁰ Instituto de Investigação e Formação Avançada em Ciências e Tecnologias da Saúde da Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, CRL. (IINFACTS – CESPU) (Nobre, 2009; [S.a.] (2009) – Penafiel vai ter instituto ibérico na área das ciências e tecnologias da saúde. *Notícias de Penafiel*. Penafiel. Ano 48, n.º 15, p. 1, 3).

Fontes e Bibliografia

Fontes cartográficas e manuscritas

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (PT/ADPRT)

6.º Cartório Notarial do Porto (NOT/CNPRT06). Livro n.º 4343 – Venda do Paço e Quinta do Bispo, 19-05-1855, fl. 109v-110v.

Cartório Notarial de Penafiel – 1.º Ofício (NOT/CNPNF01). Livro n.º 293 – Obrigação de dívida, 18-08-1855, fl. 96v-97v.

Cartório Notarial de Penafiel – 2.º Ofício (NOT/CNPNF02). Livro n.º 616 – Escritura de compra e venda, 09-02-1773, fl. 27v-32.

Cartório Notarial de Penafiel – 2.º Ofício (NOT/CNPNF02). Livro n.º 640 – Contrato de redução do laudémio, 24-09-1792, fl. 89-93.

Convento de São Gonçalo de Amarante (MON/CVSGAMT). Tombo de Arrifana, Livros 86, 88.

Convento de São Miguel de Bustelo (MON/CVSMBPNF). Livro 92, Mostrador n.º 2.

Paróquia de Penafiel (PRQ/PPNF24). Registos de Batismos (001). Livros 0004; 0005.

Paróquia de Penafiel (PRQ/PPNF24). Registos de Casamentos (002). Livro 0001A.

ARQUIVO MUNICIPAL DE PENAFIEL (AMPNF)

N.º 7 *Diversos* – 1718-1719 – *Livro do tombo da comenda de S. Martinho de Arrifana de Sousa da Ordem de Cristo*.

N.º 30 – *Apontamentos históricos sobre Penafiel*. Caderno de apontamentos manuscritos de Simão Rodrigues Ferreira, posterior a 1872. Publicado em FERREIRA, S. R. (1985-1986) – Apontamentos históricos sobre Penafiel. In PENAFIEL: Boletim Municipal de Cultura. Penafiel. 3.ª Série, n.º 2/3, p. 117-136.

N.º 1446 – *Livro para o arruamento da vila de Arrifana de Sousa de 1762*.

N.º 1447 – *Livro do lançamento da décima desta cidade*. Ano de 1763.

Planta: cidade de Penafiel oferecida á Municipalidade. Anno de 1.885 – (?). Esc. 0,001m. Direcção das Obras Públicas do Districto do Porto.

Serviços Municipais – Obras Particulares (SM-OPart). Pasta 241-400: *Construção de um parque de estacionamento com recolha de veículos*, 1967.

Serviços Municipais – Obras Públicas (SM-OPub). Pasta 1140: *Anteprojecto de uma estação de camionagem em Penafiel*. Requerente: Alberto Pinto, 1949.

Sociedade Agrícola e Comercial da Quinta da Aveleda. Projecto do corte de estrada. Referência: PT-SACQA-MA-A-F-001-PLT06_m0001.

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL (CMPNF)

Cópia do Contrato de Arrendamento de uma casa na Rua do Paço, datado de 22 de julho de 1971, arquivada na Câmara Municipal de Penafiel. Livro de Notas do Notariado Privativo da Câmara Municipal de Penafiel (LNNP), Livro 16, fl. 13-15.

CARTÓRIO NOTARIAL RAQUEL BARROSO FERNANDES (CNRBF)

Assento de Batismo (AB) de Adélia da Conceição Pinto Monteiro de Melo Queiroz. Conservatória de Penafiel, 1876.

Assento de Casamento (AC) n.º 102. Conservatória de Penafiel, 1911.

Assento de Nascimento (AN) n.º 548. Conservatória de Penafiel, 1912.

Assento de Óbito (AO) n.º 645. Conservatória do Porto, 1970.

CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE PENAFIEL (CRPPNF)

Livro das Descrições Prediais (LDP): Descrição n.º 637, 54301, 54302, 54303, 54304, 54305, 54306.

Livro de Inscrições de Transmissão (LIT): Inscrição n.º 18583 (1 de outubro de 1947); n.º 20236 (14 de novembro de 1953).

MUSEU MUNICIPAL DE PENAFIEL (MMPNF)

Coleção de Postais. Penafiel – *Associação Commercial e Feira da Louça*. S/d. Ed. Luiz Antonio d'Almeida & F - Pacheco e C., Penafiel.

DOURADO, F. L. (1906) – *Planta geral da cidade de Penafiel*. 12 de fevereiro de 1906. Esc. 1:1000. Porto.

LAGO, Zeferino José Pereira do [1775] – *Descrição da Cidade de Penafiel*. Centro de Documentação e Divulgação do Museu Municipal de Penafiel. Manuscrito, sem cota.

Fontes impressas

[S.a.] (1894) – Bombeiros Voluntarios de Penafiel. *O Penafidelense*. Penafiel. Ano XVII, n.º 1738.

_____ (1912) – Luz electrica. *O Penafidelense*. Penafiel. Ano 35, n.º 3: 545.

_____ (2009) – Penafiel vai ter instituto ibérico na área das ciências e tecnologias da saúde. *Notícias de Penafiel*. Penafiel. Ano 48, n.º 15, p. 1, 3.

ALMEIDA, A. (1830) – *Descrição historica e topografica da cidade de Penafiel*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa. (Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa; Tomo X – Parte II).

BEÇA, C. F. (1896) – *Penafiel hontem e hoje: recordações e impressões*. Penafiel: Typ. de «O Penafidelense».

BLUTEAU, R. (1716) – Nobre. In *vocabulario portuguez & latino*. Lisboa: Officina de Pascoal da Silva, Tomo V, p. 731.

FERREIRA, S. R. (1864a) – Variedades: apontamentos para a historia topographica de Penafiel: sexto periodo. *O Século XIX*. Penafiel. N.º 73.

_____ (1864b) – Variedades: apontamentos para a historia topographica de Penafiel: sexto periodo. *O Século XIX*. Penafiel. N.º 78.

_____ (1865a) – Variedades: apontamentos para a historia topographica de Penafiel: sexto periodo. *O Século XIX*. Penafiel. N.º 99.

- _____ (1865b) – Variedades: apontamentos para a historia topographica de Penafiel: sexto periodo. *O Século XIX*. Penafiel. N.º 126.
- LEAL, A. S. d'A. B. de P. (1873-1875) – *Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatitistico, chorographico ...*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, Vol. I, p. 238; VI, p. 579.
- NOBRE, A. (2009) – Projeto ibérico da CESPÚ: Penafiel volta a ter ensino superior. *O Penafidelense*. Penafiel. Ano 132, n.º 13, p. 1, 3.
- SILVEIRA, A. (1980) – O Ministro das Obras Públicas esteve em Penafiel. *Notícias de Penafiel*. Penafiel. Ano 20, n.º 18.

Bibliografia

- ALVES, J. J. B. F. (2001) – *A casa nobre no Porto na época moderna*. Lisboa: Inapa, 152 p.
- AZEVEDO, C. (1969) – *Solares portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa: Livros Horizonte.
- BARREIRA, P.; DORDIO, P.; TEIXEIRA, R. (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII. In DIOGO, J. M.; ABRAÇOS, H. C. (coord.) – *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 145-184.
- BERNARDO, M. H. P. (2012) – *Do lugar de Arrifana de Sousa à cidade de Penafiel: urbanismo e arquitetura (séculos XVI-XVIII)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vol.
- COSTA, A. J. (1971) – Bispo. Diocese. In SERRÃO, J. (dir.) – *Dicionário de história de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, Vol. I, p. 348, 819.
- DIAS, B. S. (1981) – A vida atribulada do Governador do Bispado de Penafiel. *Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel. 2.ª série, n.º 2, p. 139-142.
- FERNANDES, P. S. C.; RIBEIRO, M. (1999) – *Presidentes da Câmara Municipal de Penafiel: 1741-1999*. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.
- FERREIRA, J. F. C. (1987) – As Freguesias do Bispado de Penafiel. Separata da revista *Confluência*. Penafiel. N.º 3, p. 85-95.
- _____ (1993) – *O caminho de ferro de Penafiel à Lixa e Entre-os-Rios*. 2.ª ed.. Penafiel, Lousada, Felgueiras: Câmaras Municipais de Penafiel, Lousada e Felgueiras.
- _____ (1995) – *Penafiel há cem anos: 1890-1894 (Aspectos do século XIX e XX)*. [s.l.]: Ed. do Autor, Vol. I. e II.
- _____ (2006) – *Colégio de Nossa Senhora do Carmo de Penafiel: 1877 – 1968 (Subsídios para a história do ensino em Penafiel)*. 3.ª ed. Penafiel: Livrofiefel.
- GAYO, F. (1938) – *Nobiliário de famílias de Portugal*. Impressão diplomática do original manuscrito, existente na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos. Braga: Agostinho de Azevedo Meirelles; Domingos de Araujo Affonso; Oficinas Gráficas da «PAX». Tomo V.
- GOMES, A. (2007) – *Moedas portuguesas e do território que hoje é Portugal*. 5.ª ed. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.

- MASCARENHAS, J. (2009) – *O edifício de rendimento da baixa pombalina de Lisboa: processo evolutivo dos edifícios – inovações técnicas – sistema construtivo – materiais básicos (3.ª parte): o vidro*. Lisboa: Livros Horizonte, 318 p.
- MENDES, J. J. (1998) – *Camilo e Penafiel. Palestra proferida no auditório da Bibliografia Municipal de Penafiel em 20 de maio de 1997*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel.
- MIRANDA, A. (1938a) – A heráldica da cidade de Penafiel. Separata de folhetins de *O Penafidense*. Penafiel. N.º II.
- _____ (1938b) – As pastorais do bispo de Penafiel (Com notas referentes ao bispado). Separata de folhetins de *O Penafidense*. Penafiel. N.º IV.
- NÓBREGA, A. V. (1999) – Pedras de armas da cidade de Penafiel: heráldica de família. In *Cadernos do Museu*. Penafiel. N.º 5.
- OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F. (1958) – Casas do Porto. Separata de *Douro Litoral – Boletim da Comissão de Etnografia e História*. Porto. 8.ª série, n.º VII-VIII.
- PEREIRA, E.; RODRIGUES, G. (1912) – *Portugal: dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico*. Lisboa: João Romano Torres – Editor. Vol. VI, p. 669-671.
- PIMENTEL, A. (1970/1971) – Penafiel Antiga. Separata de *O Penafidense* de 13 de janeiro de 1970 a 2 de novembro de 1971. Penafiel.
- QUEIRÓS, J. S. M. (1986) – *Penafiel: (no 216.º aniversário da sua elevação a cidade) 3 de março de 1986*. Penafiel: Edição do Pelouro de Cultura da Câmara Municipal de Penafiel.
- RIBEIRO, A. S. (1995) – *O bispado de Penafiel*. Penafiel: Editora Penafiel.
- ROCHA, M. (1963) – Monges de S. Bento Naturais de Penafiel de Sousa I: Fr. Vicente dos Santos. *Penafidel: Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel*. Penafiel. II série, n.º 1, p. 15-20.
- SOEIRO, T. (1993) – *O progresso também chegou a Penafiel: resistência e mudança na cultura material*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Doutoramento em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 3 vol.
- _____ (2005) – Penafiel, composição de um espaço administrativo. In *Cadernos do Museu*. Penafiel. N.º 10, p. 101-209.
- SOUSA, A. G. (1985) – *O bispo e o bispado de Penafiel*. Penafiel: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, p. 10-11.
- SOUSA, A. O. (1992) – *100 anos de Associação Comercial e Industrial de Penafiel*. Penafiel: Associação Comercial e Industrial de Penafiel.
- SOUSA, L. C. P. (2011) – *Acompanhamento arqueológico: projeto de remodelação e ampliação do edifício da Portucalense – Antigo paço episcopal (2007-2009). Relatório final*. Penafiel: Museu Municipal/ Serviço de Gestão do Património Cultural.

